

O SOLAR DOS CÂMARA

Leandro Telles

I – Introdução

Nos primeiros meses de 1975, fui chamado pela Maria Alice e pelo José Antônio Câmara para examinar o acervo do Solar da família, na Rua Duque de Caxias, 968. Não fazia muito que desaparecera o último varão ilustre que o habitara durante anos, o Prof. Armando Pereira da Câmara, falecido em 19 de março de 1975. Levei a tiracolo essa figura impar de **expert**, no campo da literatura aqui do pago, que é o Pedro Leite Villas Boas, de quem Guilhermino César afirmou, certa vez, transmitir a impressão de ser "um Dom Quixote perdido na Rua da Praia". Não era a primeira vez que eu penetrava na histórica e senhorial mansão: fora nos fins de 1959, quando me abriram o portão de ferro, ostentando os brasões do construtor do Solar, o Visconde de São Leopoldo, o portão barroco, que servira de logotipo para as comemorações do bicentenário da cidade de Porto Alegre, em 1940. Naquele ano, ainda vivia a veneranda senhora D. Alice Câmara, cercada pelo carinho do sobrinho Armando e dos sobrinhos-netos, ela a última filha do vencedor de Solano Lopes, no Aquidabã, José Antônio Corrêa da Câmara, o Segundo Visconde de Pelotas, que viria morar no Solar em 1851. Lembro-me que, atônito e temeroso pela ausência de proteção, presenciei D. Alice ordenar a uma serviçal que retirasse da cômoda de seu quarto de dormir a espada de ouro com cabeça de leão, cujos olhos eram dois diamantes, presente do povo do Rio de Janeiro ao Visconde, vencedor nos campos do Paraguai. E, depois, a prosa erudita e os **causos** do Prof. Câmara, cuja infância em Bagé lhe emprestara aquele sotaque de **guasca** que o tornava um autêntico filho deste Rio Grande, que ele honrara na tribuna do Senado, na cátedra de professor e nas amplas paragens do pensamento filosófico.

Mas, em 1975, o Solar me pareceu um templo abandonado, cujos manes, não obstante, ali permaneciam, velando para que não desaparecesse todo um passado, cujo cenário eram aquelas paredes, construídas em 1818 pela quantia de 19 contos de réis, e que, pelos homens que entre elas

viveram, se constituíam em testemunhas silenciosas de capítulos brilhantes da história do Rio Grande do Sul. E, na secular varanda, onde outrora se realizavam os serões familiares e as orações vespertinas, com as paredes ostentando "naturezas mortas" executadas por mãos de mestre plástico, no início deste século, fixei a minha tenda de trabalho com rápidas escapadas pelo Salão Nobre, onde se destacavam os retratos a óleo do Visconde de São Leopoldo e dos primeiro e segundo Viscondes de Pelotas, além de mobiliário da época e da maquete do monumento ao Conde de Porto Alegre. O Salão Nobre dos Câmara, que um dia recebera o botânico Saint Hilaire, o Duque de Caxias, os dois Pedros, Imperadores I e II, e o genro deste último, o Conde D'Eu, e, por diversas vezes, meu trisavô, o Brigadeiro Olivério José Ortiz, deputado na Constituinte do Alegrete, em 1842, citado nas "Memórias" do Visconde de São Leopoldo.

A dignidade e o valor histórico da casarão com mais de vinte peças e 670 m² de área construída, tombado em 1963 pelo então Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, iam pouco a pouco penetrando no meu espírito, enquanto reunia a documentação dispersa do Visconde de São Leopoldo (que fui encontrar atrás de armários, em cômodas já visitadas pela ratazana ou misturada com contas de lavanderia ou do DMAE e da CEEE) e separava os escritos do Prof. Câmara, inconfundíveis na caligrafia imensa e nos rolos de papel onde apareciam. Exemplos virgens da segunda edição dos "Anais da Província de São Pedro" (que outorgou a José Feliciano Fernandes Pinheiro o título incontestado de primeiro historiador do Rio Grande), o diploma de bacharel em Cânones, por ele conquistado em Coimbra (1798), uma incomensurável série de documentos referentes ao Visconde construtor do Solar, além de biblioteca com obras do século XVIII e do passado (já bastante dilacerada pela nefasta ação do cupim), tudo isso, separamos pacientemente, colocando a documentação em caixas de papelão, seccionando-a por assunto, enquanto lá fora, nos jardins com árvores plantadas pelo Duque de Caxias e pelo próprio São Leopoldo, correndo entre a estatutária de Santo Antônio do Porto (anteriormente colocada na platibanda erguida em 1874 pelo Visconde de Pelotas, certamente em cumprimento às determinações da "lei do estilicídio", de uma operosidade enorme em relação ao Solar, pois transformou-o, alterando sua fachada barroco-colonial) andava o cão pastor alemão, o único habitante da histórica mansão por muito tempo, o que me levava a dizer nas entrevistas à imprensa que o Solar possuía um guardião, sem entrar em maiores explicações, com receio de que os amigos do alheio invadissem quase dois séculos de história do torrão gaúcho.

Cumprida a missão, acompanhei, lá por 1978, o arquiteto Cyro Lyra, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incumbido de supervisionar a restauração do telhado, através do qual penetravam as

águas pluviais, ocasionando danos consideráveis à sala nobre. Exultei, quando em 1980 recebi um telefonema do Deputado Carlos Giacomazzi, solicitando-me para ser o ponto de ligação com a família Câmara, já que a Assembléia desejava adquirir o Solar. Atendi o pedido do então Presidente da Assembléia, apresentei-lhe o José Antônio e, em outubro de 1981, o Presidente da Assembléia, Deputado Aldo Pinto, promulgou o Decreto Legislativo nº 4.289, desapropriando o histórico Solar que, desta forma, será preservado pela Assembléia Legislativa como um marco da história rio-grandense. Ele será o abrigo para a Diretoria de Atividades Culturais da Assembléia, o seu cartão de visita, onde serão instalados a biblioteca, museu e pinacoteca do Legislativo.

Essas recordações me assaltaram ao contemplar a perícia fotográfica do Contursi nos painéis da exposição montada na Assembléia, visão excelente do estado atual do Solar e jardins e base para uma futura mostra que poderia ser denominada "Antes e Depois", isto é, após a restauração a ser efetuada pela Assembléia sob a supervisão do SPHAN, a qual restituirá ao Solar o seu antigo brilho.

A mostra também me evoca os versos de Athos Damasceno, quando cantou a "Rua da Igréja":

"Agorinha, entre as pérgolas, a lua
pôs um clarão lilás nas trepadeiras...
Ficou maior a solidão da rua
impregnada do cheiro das roseiras..."

"O casarão da Viscondessa dorme,
E, atrás das grades do jardim, medrosas
parece que andam no silêncio enorme
sombrias antigas e misteriosas..."

"Faz frio... Lá longe a silhueta fina
Dos álamos, por sobre os muros velhos,
esbruma-se na poeira da neblina..."

"E, sob a copa das árvores escassas,
os lampiões, dentro da noite morta,
velam o brilho quieto das vidraças..."

E, simultaneamente, a exposição da Assembléia vale como documentação do patrimônio histórico da cidade e do Estado. Preservando o Solar, o nosso Legislativo está conservando o que há de mais significativo no acervo cultural do Rio Grande, as próprias raízes da história gaúcha.

E por que se deve preservar os documentos arquitetônicos do passado, perguntaríamos? Resposta: eles representam um documento de época, a maneira de viver dos nossos maiores. No que diz respeito à mansão dos Câmara, recorda a arquitetura barroco-colonial aplicada a um solar de nobreza imperial, ali, em plena "Rua da Igreja", no coração da cidade, portanto. Será um recanto de peregrinação à juventude estudiosa da nossa terra, que irá colher naquele recinto impregnado de tradição e história inspiração para prosseguir sua marcha em direção ao futuro, pois, alguém já afirmou com muita propriedade, que "povo que não cultiva e preserva o seu passado, dificilmente terá um futuro". Preservar as casas do passado (já afirmei alhures) significa deixar para todo o sempre páginas abertas da história nas nossas ruas. Em meio à arquitetura fria dos espigões (documentos da época em que vivemos) que o rodeiam, a permanência do Solar dos Câmara será uma presença histórica e humanizante na Duque de Caxias. Tem razão o arquiteto e professor Júlio Curtis: "A preservação das edificações de interesse cultural para as cidades tem, entre outros objetivos, o de promover o bem-estar psicológico do homem urbano através da manutenção de referenciais na sua trajetória de vida. Se a proteção do meio natural é imperativo incontornável para a eugenia do ser biológico, por equivalência poderíamos sentenciar que a preservação dos bens culturais o é, na mesma escala, para a saúde psíquica do ser racional".

II – O Visconde de São Leopoldo

Aplicando-se tudo o que foi dito anteriormente em relação à mansão da Rua da Igreja, impõe-se a sua preservação por ela ter sido habitação de um grande estadista e intelectual, de um valoroso militar, glória do nosso Exército, e de um pensador ímpar, ou seja, respectivamente: José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), José Antônio Corrêa da Câmara (2º Visconde de Pelotas) e o Prof. Armando Câmara. Dificilmente, teremos na nossa história um homem tão versátil como Fernandes Pinheiro. Nascido em Santos, em 9 de maio de 1774, obteve o grau de bacharel em Cânones, em 1798, em Coimbra. Associou-se ao movimento intelectual de Portugal, indo trabalhar no estabelecimento literário do "Arco do Cego", sob a direção do grande botânico Frei Veloso. Em dezembro de 1801, voltou ao Brasil como Juiz das Alfândegas do Rio Grande e de Santa Catarina, sendo o fundador de ambas e demonstrando ser profundo conhecedor da administração pública. E como Auditor Geral das Tropas acompanhou o Exército Pacificador, assistindo a Campanha de 1811-12. Foi, em 1821, deputado às Cortes de Lisboa, eleito por Rio Grande e São Paulo. Regressa ao Brasil, após a Independência, como deputado à Constituinte de 1823, sufragado por São Paulo e Rio Grande do Sul. Dissolvida a Constituinte, foi nomeado primeiro presidente da Província do Rio Grande, e nos dois anos de seu governo foi o verdadeiro patrono da

imigração alemã e da criação da colônia de São Leopoldo. Consta que o Visconde teria recebido os primeiros colonos (aqui chegados em 1824) no Solar, e o General Rinaldo Pereira da Câmara, o historiador da família, asseverava ter em seu poder uma lista desses primeiros imigrantes, organizada pelo próprio São Leopoldo. Mais tarde, Ministro e Secretário de Estado do Império, cria os cursos jurídicos no Brasil, através da Lei de 11 de agosto de 1827. Em 1826 reativara a antiga Escola de Belas Artes, e no governo do Rio Grande se opusera à retalhação da antiga Várzea (atual Parque Farroupilha e Paulo Gama), e em 1 de janeiro de 1826, na qualidade de Provedor, abriu o hospital da Santa Casa, afirmando-se que carregou nos braços o primeiro enfermo. E nesse mesmo ano de 1826 foi eleito Senador do Império e enobrecendo com o título de Visconde de São Leopoldo, ele, que fora o criador da colônia de nome idêntico.

Nessa época escreve algo que é válido até hoje, em especial para os que militam na política: "Não se diga – sou nobre porque um dos meus avós o foi – mas, ao menos, que se possa dizer: meu nome é honrado porque o Estado sempre recebeu serviços daqueles que me antecederam, e cesse de o ser desde o momento em que aqueles a quem eu o transmito se tornarem inúteis à Pátria. Eis o anátema, ou maldição que lhes lanço!"

E estava habitando o Solar, entregue ao culto da História e da Literatura, quando, em 1837, foi nomeado presidente da comissão encarregada de verificar os limites naturais do Brasil, escrevendo, então, uma significativa memória, considerada a última palavra no assunto. Em 1838, viajando a Santos, escreve as biografias de Alexandre de Gusmão e Bartolomeu Lourenço de Gusmão, e nesse mesmo ano, juntamente com o Cônego Januário da Cunha Barbosa e Raimundo da Cunha Matos, funda o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo eleito seu presidente perpétuo.

Pertencia a diversas sociedades estrangeiras, entre as quais: a Academia Real das Ciências de Lisboa; Sociedade de Agricultura de Karlsruhe do Grão Ducado de Baden (Alemanha); sócio da Academia Real dos Amigos Curiosos da Natureza, de Berlim; sócio correspondente da Sociedade Filomática de Paris; membro correspondente do Instituto Histórico da França; membro honorário da Sociedade Renana de História Natural, em Mainz (Alemanha); membro da Sociedade Real dos Antiquários do Norte; sócio correspondente da Sociedade Real Borbônica, Academia de Ciências de Nápoles; sócio da Academia Pontaniana de Nápoles; sócio honorário da Associação Marítima e Colonial de Lisboa.

Em 6 de julho de 1847, falece Fernandes Pinheiro no Solar que construíra, após uma fecunda existência de realizações em prol do Rio Grande e do Brasil.

Perdoem-me, se me torno unilateral ao tratar dos varões do Solar: sou fã incondicional do Visconde de São Leopoldo. O contato com a sua vasta documentação levou-me a admirá-lo profundamente, não só pela cultura universal que o dominava, ou pelos imensos serviços prestados à Pátria brasileira, mas, também, pela precisão e objetividade com que abordava os mais variados assuntos. E não esqueçamos: foi Fernandes Pinheiro que plantou a frondosa árvore da Rua da Igreja, cuja ramagem e frutos serão agora revigorados graças ao patriotismo e à visão dos legisladores gaúchos, num impulso inicial do Deputado Carlos Giacomazzi, agora completado pela ação decisiva do Deputado Aldo Pinto.

III – O 2º Visconde de Pelotas

Encontramos quase nenhuma documentação sobre o Visconde de Pelotas no Solar, eis que a mesma fora recolhida por seu neto, o historiador General Rinaldo Pereira Câmara, para redigir os três volumes da obra "O Marechal Câmara", sendo que o terceiro foi publicado após o passamento do autor, num trabalho árduo realizado pelo General e historiador Riograndino da Costa e Silva. Na verdade, José Antônio Corrêa da Câmara passou grande parte de sua vida fora do Solar, defendendo a Pátria contra o ataque de seus inimigos. Entendemos não ter sido um intelectual, mas um gênio militar, embora seu biógrafo e neto mencione sua biblioteca, "instalada em três grandes armários de louro, em seu gabinete no Solar da Rua da Igreja – era constituída de obras cujos autores, como Cesar Cantú, Tito Livio, Balzac, Guizot, Balmes, Mitre, Jomine, Napoleão, bastariam para caracterizar seu nível intelectual".

O futuro Marechal Câmara, nascido em 17-2-1824, em Porto Alegre, passou a habitar o Solar em 1851, conforme nos informa o General Rinaldo. Era genro do Visconde de São Leopoldo, pois sua esposa, Maria Rita Pinheiro Corrêa da Câmara (nascida no Solar em 15-10-1829, onde faleceu, em 12-7-1914), era filha de Fernandes Pinheiro. E o curioso para nós, homens do século XX (embora freqüente no XIX): Maria Rita era sobrinha e esposa de Corrêa da Câmara, pois sua mãe Maria Elisa, Viscondessa de São Leopoldo, era irmã dele pelo lado paterno, sendo seu pai o Comendador José Antônio Fernandes Lima, primeiro escrivão da Alfândega de Porto Alegre.

O apelido de família, Câmara, provém de "Câmara dos Lobos", uma gruta de lobos-marinho achada por João Gonçalves Zarco (ou Zargo), quando descobriu a ilha da Madeira, lá por 1420, recebendo de El Rei Dom Afonso V o apelido de "Câmara dos Lobos". Hoje, temos a localidade com denominação idêntica, uma vila pertencente ao distrito e diocese de Funchal, sendo o orago da freguesia, São Sebastião. É o centro mais afamado da Madeira em produção de vinhos.

Em outubro de 1744, um descendente de João Gonçalves Zarco, o Desembargador Gaspar José Corrêa da Câmara (nascido em Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores), transferiu residência para Lisboa, e em meio à viagem lhe nasceu seu filho Patrício José Corrêa da Câmara, cujo retrato a óleo figura no Salão Nobre do Solar, avô de José Antônio.

Patrício foi um ilustre militar do exército português, prestando imensos serviços ao Brasil tendo participado da conquista do Forte de Santa Tecla e sendo inspirador da conquista das Missões Orientais, na campanha de 1801. Ainda participou da campanha de 1811, e tomou parte na campanha contra Artigas, 1816/1820. Em 1825 foi agraciado com o título de Barão de Pelotas e, em 1826, com o de Visconde (foi, portanto, o primeiro Visconde de Pelotas). Entretanto, já era Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e da Casa Imperial, Cavaleiro e Comendador da Ordem de Cristo. Faleceu em 28-5-1827, sendo sepultado no portal da Matriz de Nosso Senhor dos Passos, em Rio Pardo.

A filha do Marechal Patrício, Flora, nascida em Rio Pardo, em 5 de abril de 1790, casada com o já mencionado viúvo Com. José Antônio Fernandes de Lima, é que seria a mãe do segundo Visconde de Pelotas, José Antônio Corrêa da Câmara, o segundo habitante ilustre do Solar da Rua da Igreja.

José Antônio assentou praça no dia 16 de setembro de 1839, e desde esse dia participou ativamente na Revolução Farroupilha, sendo promovido a Capitão em 1850. Em 2 de julho de 1851, contrai matrimônio com sua sobrinha Maria Rita. No mesmo ano, participa da Campanha contra Oribe. Mas seria no Paraguai que se cobriria de glória, tendo aprisionado e assistido a morte de Solano Lopes, em março de 1870, junto ao Rio Aquidabã. É nomeado Comandante-em-Chefe do Exército Brasileiro estacionado no Paraguai em substituição ao Conde D'Eu. Em agosto do mesmo ano recebe a Grã-Cruz da Ordem de São Bento de Aviz, uma das muitas condecorações que receberia durante a sua existência, muitas das quais teve o prazer de ver, antes de serem recolhidas ao cofre-forte da Casa Masson, em 1975. Em 1873 emitiu parecer sobre o plano ferroviário da Província do Rio Grande do Sul, plano de autoria do Eng^o Ewbank da Câmara. Por Decreto de 27 de junho de 1877, é nomeado Conselheiro de Guerra, cargo que ocupou até 1884. Em março de 1880, ao ser eleito para a lista tríplice do Senado, foi escolhido por carta imperial, senador pela Província do Rio Grande do Sul. Em abril de 1880 é nomeado Ministro da Guerra, permanecendo no cargo até maio de 1881, quando o deixou por motivo de doença. No Ministério da Guerra, além de se preocupar com as forças militares, sugeriu a construção de linhas ferroviárias na Província do Rio Grande do Sul (a linha de Uruguaiana e a de Rio Grande-Bagé), a livre navegação da Lagoa Mirim e do São Gonçalo, e a criação da Escola Militar no antigo quartel da Várzea, que seria inaugurada em 1887, na área que

seu sogro, Visconde de São Leopoldo, defendera tenazmente contra a retalhação que a amaeçava. Em 30 de janeiro de 1890 foi promovido e efetivado no posto de Marechal do Exército.

Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca nomeia o Visconde de Pelotas Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, cargo que ocuparia até 11 de fevereiro de 1890. Portanto, o Solar da Duque de Caxias foi moradia do primeiro presidente da Província na monarquia, e do primeiro presidente do Estado, na República, um dos motivos para a sua preservação como patrimônio histórico estadual e nacional, agora consolidada graças à atitude patriótica e também histórica do Poder Legislativo gaúcho.

Câmara foi por diversas vezes ao Rio de Janeiro, onde a morte viria encontrá-lo na pensão da Rua das Laranjeiras nº 161, em 18 de agosto de 1893, tendo o corpo sido vestido com a túnica da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, da qual era irmão. Seus restos mortais foram transportados para Porto Alegre somente um ano após seu falecimento, aqui chegando em 31 de agosto de 1894, sendo sepultado no jazigo da família, no Cemitério da Santa Casa, mausoléu que seria mais tarde reformado pelo Prof. Armando Câmara. Seu enterro, tanto no Rio de Janeiro como em Porto Alegre, constituiu-se numa verdadeira consagração ao insigne rio-grandense que defendera a Pátria brasileira em momentos decisivos de sua história.

Parece-nos que, depois de termos tomado conhecimento das fecundas existências dos dois moradores do Solar, a senhorial edificação da antiga Rua da Igreja corporifica a canção de Paulo Lima e Fernando Sarafva:

“Serei o dia e a noite,
serei a chuva e o vento,
serei a história gaúcha;
guardada no pensamento.

“Não terei fim, nem princípio
como a vertente da sanga e
simples como a pitanga,
serei a força da raça,
serei a luz do candeeiro,
no escuro da madrugada”.

IV – O Prof. Armando Pereira da Câmara

O terceiro varão que honrou o Solar foi o Prof. Armando Pereira da Câmara, bisneto do Visconde de São Leopoldo e neto do de Pelotas. Seu

pai fora o General Alfredo Câmara, e sua mãe, D. Zeferina Pereira da Câmara, e nasceu em Porto Alegre, em 10 de novembro 1898. Sobre ele escrevemos certa vez no "Correio do Povo" o artigo denominado "O Filósofo do Solar da Rua da Igreja". Realmente, ele o fora. Transmitia a sensação de um monge dedicado à meditação, transformando o Solar num convento, onde pontificava a sua erudição e o carinho pela tia Alice Alaide. Reunira ele as virtudes ilustres dos ascendentes: sabedoria, tenacidade e fé. Aliás, seu quarto de dormir no Solar, na sua simplicidade, mais lembrava uma cela conventual do que o de alguém que descendia de nobre estirpe.

Como já foi mencionado, sua adolescência transcorreu junto às coxilhas de Bagé, época que marcou sua fonética, pois seu tom de voz denunciava a influência do linguajar da fronteira. Ao conhecê-lo, em 1959, não resisti à tentação de lhe perguntar a origem do acento gaúcho e ele me narrou acerca do período bageense, acrescentando que fora uma das melhores fases de sua vida. O professor e jornalista Aldo Obino, amigo e confrade nas lides filosóficas, escreve que, provavelmente foi em Bagé, "no horizonte aberto das coxilhas, que uma noite estrelar lhe causou o espanto platônico e a comoção kantista".

Essa "comoção" influenciaria o seu futuro filosofar, sem que, porventura, ele mesmo o percebesse: apesar da filosofia kantiana encontrar suas raízes na "Aufklärung" (racionalismo), ela coloca o "ego" criador ao lado e sobre a natureza. Com esse "ego" surge um novo mundo: o do inteligível, da liberdade, interpenetrando, concomitantemente, na esfera da idéia religiosa, sedimentando a esfera da moral. E mesmo sendo esse mundo, primariamente, só percebível pela fé (inacessível, portanto, ao conhecimento), surge, contudo, uma sucessão de pensamentos científicos em cujo centro se encontra o "ego" e a idéia de liberdade, que se reflete na contemplação do Direito, do Estado e da História. A História não seria mais um simples enumerar de datas e fatos, mas "história do desenvolvimento", isto é, da contemplação do homem na progressiva consecução do seu destino, no seu desenvolvimento para a liberdade.

Desse embasamento filosófico é que surgiria sua definição de **Tradição**, que julgo lapidar: "Tradição não é um simples tema sentimental, nem vanglória ou arcaísmo estranho, saudosismo oposto às exigências de perfeição social e muito menos paixão pelas ruínas de um passado morto. Tradição é permanência na continuidade; é um feixe de tendências e hábitos que buscam manter a sociedade no equilíbrio das forças que a geraram e cuja fidelidade está condicionada à sua duração".

Em meu entender, todo agir filosófico, teológico e humano de Armando Câmara têm origens platônicas e kantianas. Afirmava que o Direito não tem por objetivo a Justiça – como no axioma de Santo Tomás – mas, sim, a

Justiça tem por objeto o Direito, já que ela o transcende e o caracteriza nas relações interpessoais. A Justiça é valor, forma ou posição abraçada pelo Ser, ao ajustar o obrar humano com os objetivos vitais, isto enquanto a vida for um convívio, ou ajustá-lo com as exigências do bem comum. Este subordina-se à idéia do próprio Ser, tem por objetivo o homem marcado pela concepção cristã. Assim, imperativo jurídico só poderá alicerçar-se na natureza do ser humano.

Mas, voltando à sua formação: depois do período de Bagé, matricula-se com o irmão, Rinaldo, no Colégio Militar. Percebendo, entretanto, que não era destinado à carreira militar, solicitou transferência para o Colégio Anchieta, aquele tradicional casarão da Rua Duque, hoje demolido pelo iconoclastismo e pela especulação imobiliária. Ali, Armando Câmara deixaria os seus "tempos de paganismo" – como ele denominava a sua juventude–voltando ao "aprisco" do cristianismo. Este retorno se deve, certamente, ao zelo apostólico do notável jesuíta alemão que foi o Pe. Werner von und zür Mühlen, da alta nobreza da Westfalia: foi num curso de filosofia cristã no Anchieta que o aristocrata germânico mostrou ao descendente da linhagem nativa as riquezas da doutrina do Crucificado. Semelhante a Agostinho, ele encontrava o caminho da fé. Mais tarde, o labutar a Agostinho, ele encontrava o caminho da fé. Mais tarde, o labutar a Pe. Werner seria apresentado de maneira exaustiva e cativante por nosso confrade do Instituto Histórico de São Leopoldo, Pe. Arthur Rabuske S.J., na revista "Estudos", fundada por Armando Câmara e pelo inolvidável jesuíta alemão, Pe. Antônio Loebmann, que dizia a respeito da mesma: "são misseis portadores de ogivas salvadoras a espalhar cultura cristã, praticamente independente do fator tempo, sempre carregados de Cristo".

Seria nessa revista que Armando Câmara escreveria a maioria dos seus pensamentos. Na realidade, não escrevia muito, estando acertada a notícia de sua morte no "Correio do Povo": "Homem de pensamento, orador excepcional, a ponto de fascinar horas a fio auditórios compostos quer de estudantes, quer de intelectuais de primeira grandeza, não era homem de muito escrever. Felizmente, nos últimos anos, seus alunos e admiradores decidiram preservar para o futuro os frutos de sua atividade intelectual, registrando-a em gravações". Também eu separei tudo o que encontrei no Solar que era produto de sua pena, a correspondência ativa e passiva, deixando separado para que alguém no futuro preste um serviço ao mundo intelectual gaúcho publicando o acervo do Prof. Câmara.

Em 1925, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de Porto Alegre, ingressando no magistério secundário na qualidade de professor do Colégio Júlio de Castilhos, Colégio Sevigné e dos Cursos de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação Flores da Cunha. Em 1931, passou a integrar o corpo docente da antiga Faculdade de Direito,

lecionando a cadeira de Introdução à Ciência do Direito e, posteriormente, sua matéria preferida: Filosofia do Direito. Em 1935, ao passar o estabelecimento para a Universidade de Porto Alegre, foi efetivado como professor, em recompensa à sua atuação na cátedra, que já o consagrara como um dos maiores pensadores do Rio Grande. E ao se federalizar a Universidade, foi escolhido como Reitor da mesma, no período de 1946 a 1949. Foi quando lançou os fundamentos desse magnífico arauto da cultura em plagas gaúchas, que é a Rádio da Universidade.

E quando se cogitou da fundação da Faculdade Católica de Direito, ei-lo na primeira linha como fundador e professor da mesma. Surgindo a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, foi seu primeiro Reitor, de 1949 a 1951, exercendo ainda a cátedra de Filosofia da UFRGS e na própria PUC.

Como líder religioso católico, foi intensa a sua atividade, sendo presidente da Ação Católica da Arquidiocese de Porto Alegre na década de 40. Em 1945, Armando Câmara foi escolhido para presidir a Liga Eleitoral Católica (LEC), órgão de orientação do eleitorado católico.

Se Kant nunca abandonara a sua cidade de Königsberg (na Prússia), Câmara por duas vezes deixou o Solar: para assumir a cadeira de Senador, eleito que fora pela Frente Democrática, em 1954. Isso, entretanto, significava deixar o Solar, o Rio Grande e as lides do magistério, que tanto amava. Não resistiu por muito tempo à separação e também à situação política do país: em 1956 renunciou ao mandato de Senador e voltou ao Solar, aos seus livros, ao filosofar nas longas tardes de inverno, quando o Minuano sacudia a copa das árvores do jardim e penetrava nas frinchas das portas e janelas do prédio, produzindo aquele assobio característico, exclusivo das casas deste rincão, ruído que nos transporta a outras paragens, às regiões do passado, do "nunca mais"... A segunda vez foi em 1943, quando pela primeira e última vez passou pelas fronteiras da Pátria para ir aos Estados Unidos participar do Colóquio dos Pensadores da América, em Chicago, onde apresentou tese sobre a democracia cristã orgânica, tendo dialogado a respeito com o grande filósofo e pensador católico Jacques Maritain. Fora dessas duas ausências, sua trajetória terrena se desdobrou na mansão ancestral da Rua da Igreja, secundado pela visita de personalidades, como Gilberto Freire, pelo amor maternal da tia Alice (que faleceu aos 94 anos) e de quem separei, comovido (nas pesquisas para reunir os escritos e obras do seu insigne sobrinho), um envelope com a seguinte anotação: "estas são as lentes de grau do Armando".

O insigne jurista Prof. Rui Cirne Lima, referindo-se a Armando Câmara, ressalta: "Acima de tudo, sua dedicação ilimitada à causa do homem por causa de Deus. A causa do homem é a causa da salvação.

Quando o homem adquire consciência de sua condição como ser contingente, adquire o conhecimento do bem e do mal, do ser e do não ser". O Evangelho diz "que o Espírito sopra onde quer" e que é por obra dele que se encontra "a estrada de Damasco". Câmara, ao encontrá-la, abraçou a causa do ser humano: sua existência foi um servir ao próximo, quer na cátedra universitária, na liderança católica, nas lides jornalísticas (que culminaram com a fundação do "Jornal do Dia", órgão católico, de que foi diretor por mais de vinte anos, em cujas páginas, em 1948, este escriba escreveria seu primeiro trabalho jornalístico, graças ao estímulo de A. R. Schneider e do Prof. Álvaro Magalhães), enfim, em todo o seu labutar se destaca a preocupação cristã acerca da pessoa do outro, a concretização daquela "revolução" de que ele nos fala: "O advento do cristianismo foi a mais autêntica das revoluções históricas: ele encarnava a mais potente idéia-força que sacudiu os fundamentos do mundo interior da pessoa humana e os quadros do espaço social". Além disso, era um verdadeiro "cura de almas", pois muitas pessoas demandavam ao Solar em busca de solução para seus problemas junto ao grande mestre.

Durante os meses de julho e agosto de 1974 me telefonara por diversas vezes, mostrando sua preocupação pelo destino do Solar ancestral. Andei por muitos lados, conversando com ministros, com cônsules. Dizia-se que o governo do Estado iria adquirir o Solar. Houve inclusive uma avaliação do mesmo, mas tudo ficou na conversa.

Armando Câmara faleceu em Porto Alegre, em 19 de março de 1975, no Hospital Moinhos de Vento, sendo velado no Panteon da Reitoria, onde falaram o Irmão Otão, em nome da PUC, e o Prof. Paulo Barbosa Lessa, em nome da UFRGS, sendo o corpo levado para junto de seus ilustres ancestrais no jazigo da família, no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia.

V – Epílogo

A aquisição do Solar dos Câmara pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul veio a comprovar que, em todos os tempos, ela foi legítima defensora e intérprete dos interesses do povo gaúcho. Agora, ela se torna preservadora da sua memória e tradição, ao instalar sua Diretoria de Atividades Culturais na mais histórica mansão da Capital dos Pampas. Que sirvam de fecho a este trabalho as palavras do Dr. Ramiro Frota Barcellos, médico, historiador e poeta:

"Na antiga Rua da Igreja, a mais elevada artéria de Porto Alegre de São Francisco dos Casais, permanece de pé e habitado o vetusto casarão. É o Solar histórico e heráldico. Cercado de modernos edifícios, vizinhando com os Palácios Piratini e

Farroupilha, resiste ao desgaste do tempo e à imposição do progresso. Em sua extensa fachada, enfileiram-se os janelões com seus balcões de ferro batido. Olhos vendados por reposteiros, não tomam conhecimento das idades. O sono e a vigília que se seguiram aos dias e às noites de esplendor provincial duram mais de cento e cinquenta anos. Nos jardins silenciosos, as árvores seculares não se dobram, mas desfolham, durante as inverniais, soluços de almas mortas e alongam as sombras da galharia como braços espectrais a clamar por extintas presenças... As janelas e porta principal do Solar abertas para a luz esmaecida da tarde. Em seu interior, candelabros de bronze refletem o brilho fosco de seus pedestais sobre quadros de arte e retratos de família, que encham as paredes de toda uma estirpe de nobreza e de altas patentes militares. Há sussurros de vozes e frou-frous de seda e saias engomadas pelas espaçosas salas e pelos compridos corredores. Pelo alto portão de ferro marchetado de desenhos bronzados, entram e saem amigos e familiares em pressurosa atividade..."

Queira Deus, possa a Assembléia reviver a imagem da época descrita anteriormente, quando estará fazendo renascer páginas brilhantes da nossa história. No entanto, tenha-se sempre presente: na vetusta residência da Rua da Igreja viveram um sábio, um guerreiro e um filósofo cristão, nomes honrados "porque o Estado sempre recebeu serviços daqueles que os antecederam" e, também, deles próprios.

Porto Alegre, janeiro de 1982.

Leandro Silva Telles

(Presidente do Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho e do Instituto Cultural Português. Diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo. Membro da Academia Rio-grandense de Letras, do Instituto Histórico de São Leopoldo e do Círculo de Pesquisas Literárias).

Bibliografia

- 1 – BARCELOS, Ramiro Frola. José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo – elogio patronímico no Instituto Histórico de São Leopoldo. São Leopoldo, S. K. Editora, 1976.
- 2 – CÂMARA, Rinaldo Pereira. O Marechal Câmara – vol I – Porto Alegre, 1964. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo. Vol. III – Coordena-

ção do texto de Riograndino da Costa e Silva. Porto Alegre, 1979, Instituto Estadual do Livro, Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo do Rio Grande do Sul.

- 3 – CORREIO DO POVO. "Prof. Armando Câmara sepultado ontem à tarde" – notícia publicada em 20-3-1975.
- 4 – CURTIS, Júlio N. B. Conceito de preservação in "Letras e Livros" nº 22, Correio do Povo, 16-1-1982.
- 5 – FERREIRA, Athos Damasceno, Poemas da minha cidade. Porto Alegre, Edição da Livraria do Globo, 1936.
- 6 – PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Memórias do Visconde de São Leopoldo. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Tipografia do Centro. 1922.
- 7 – SILVA, Pe. Fernando Augusto da, e MENEZES, Carlos Azevedo de. Elucidário Madeirense, 3º vol., 3ª ed. Funchal, Tipografia Esperança, 1966.
- 8 – TELLES, Leandro Silva. A Segunda Edição dos "Annaes" – Documentação inédita sobre o Visconde de São Leopoldo, in Correio do Povo de 3-8-1975, pág. 22.
- 9 – TELLES, Leandro Silva. A tela mais antiga sobre Porto Alegre – Pinacoteca do Solar do Visconde de São Leopoldo, in Correio do Povo de 14-09-1975, pág. 21.
- 10 – TELLES, Leandro Silva. A formação dos filhos – Documentação inédita sobre o Visconde de São Leopoldo, in Correio do Povo de 5-10-1975, pág. 23.
- 11 – TELLES, Leandro Silva. Saint Hilaire e a árvore do mate. Documentação inédita sobre o Visconde de São Leopoldo, in Correio do Povo de 7-9-1975, pág. 23.
- 12 – TELLES, Leandro Silva. O diploma de Coimbra, Documentação inédita sobre o Visconde de São Leopoldo, in Correio do Povo de 31-8-1975, pág. 22.
- 13 – TELLES, Leandro Silva. O filósofo do Solar da Rua da Igreja, in Correio do Povo de 7-11-1975, pág. 12.

- 14 – TELLES, Leandro Silva. O Instituto Histórico Brasileiro. Documentação inédita sobre o Visconde de São Leopoldo, in *Correio do Povo* de 22-2-1976, pág. 18.
- 15 – TELLES, Leandro Silva. O Visconde de São Leopoldo e o Consulado da Alfândega, in *Correio do Povo* de 25-4-1976, pág. 18.
- 16 – VILLASBOAS, Pedro Leite. Notas de bibliografia sul-rio-grandense. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1974.